



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

1 **Ata da 408ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente -**
2 **CONSEMA, realizada no dia 23 de fevereiro de 2022.**

3

4 Realizou-se no dia 23 de fevereiro de 2022, às 09h00, por meio virtual, através de videoconferência,
5 a 406ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente transmitida do
6 Plenário Prof. Paulo Nogueira-Neto (CONSEMA), Prédio 6 da SIMA/Cetesb, Av. Prof. Frederico
7 Hermann Jr., 345. Compareceram os(as) conselheiros(as) **Marcos Penido**, Secretário de
8 Infraestrutura e Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, **Luiz Ricardo Santoro**, Secretário-
9 Executivo da SIMA, **Eduardo Trani**, Subsecretário de Meio Ambiente e suplente do Presidente do
10 CONSEMA, **Cassiano Quevedo Rosas de Ávila**, Subsecretário de Infraestrutura, **Ana Lucia**
11 **Santana Seabra (SIMA/PP)**, **Anícia Aparecida Baptistello Pio (Fiesp)**, **Antônio Fernando**
12 **Gimenez (SLT)**, Celso Yassumi Nomoto (SCEC), Cláudio Bedran (Planeta Verde), Cláudio
13 Scalli (Anamma/SP), Cristina Maria do Amaral Azevedo (SIMA/CPLA), Daniel Smolentzov
14 (PGE), Denise Crocce Romano Espinosa (USP), Djalma Domingos Weffort de Oliveira
15 (Apoena), Domenico Tremaroli (SIMA/Cetesb), Fernanda Andrade da Silva Nader
16 (SIMA/CPLA), Fernando Gallardo Vieira Prioste (ISA), Gil Kuchembuck Scatena
17 (SIMA/SMA), Gilda Helena Leôncio Nunes (IIS), Maj. PM Guilherme D'Artagnan Boppré
18 (SSP/CPAmb), Gustavo de Castro Oliveira (Faesp), Ibrahim Tauil (Concidadiana), Joana
19 Fava Cardoso Alves (SIMA/FF), João Thiago Wohrnath Mele (SIMA/CFB), Juan Tarsis
20 Gimenes de Almeida (SLT), Lucila Manzatti (SIMA/FF), Laura Diaz Montiel (SIMA/CEA);
21 Luiz Eduardo de Oliveira Camargo (SH), Luiz Sergio Ozório Valentim (SES), Maria Cristina
22 de Oliveira Lima Murgel (SAA/SP), Martha Martins de Moraes (AAVA), Paula Marcia Sapia
23 Furukawa (ABES/SP), Raquel Marmo Azzari Domenicheli (SIMA/CEA), Roberto Ulysses
24 Resende (Iniciativa Verde), Sandra Mara Pretini Medaglia (OAB/SP), Sandra Maria Carmelo
25 Guerreiro (Unicamp), Sérgio Luis Marçon (SIMA/CFB), Syllis Flavia Paes Bezerra
26 (Ecophalt), Tatiana Barreto Serra (MP/SP), Valéria Quaglio (341 Sustentabilidade), Valéria
27 Rossi Domingos (SCEC), Violeta Saldanha Kubrusly (CAU/SP), Viviane Moschini Carlos
28 (Unesp), Waleska Del Pietro Storani (CREA/SP). Constavam do **Expediente Preliminar:** 1)
29 Aprovação da ata da 407ª Reunião Plenária Ordinária; 2) Comunicações da Presidência e da
30 Secretaria-Executiva; 3) Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. Constavam da
31 **Ordem do Dia:** 1) Plano Estratégico de **Monitoramento e Avaliação do Lixo no Mar** do Estado
32 de São Paulo – **Pemalm**. 2) Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais **PSA Mar Sem Lixo**. 3)
33 **Projeto Verão no Clima:** realizações e avanços na nova edição. 4) Plano Anual de Trabalho da
34 **Operação Corta-Fogo**. 5) Ações Preliminares para o **Manejo do fogo na prevenção de incêndios**
35 **florestais**. O Secretário-Executivo do CONSEMA **Anselmo Guimarães** declarou abertos os
36 trabalhos e informou que a reunião ocorria por meio virtual, através de videoconferência, em virtude
37 das recomendações e cuidados frente ao controle e combate à pandemia do Covid-19, consonante às
38 diretrizes do Governo do Estado de São Paulo e as orientações descritas no Ofício CONSEMA
39 002/2021, de 18 de janeiro de 2022. Esclareceu que a transmissão ao vivo da reunião pode ser
40 acessada nas páginas “ambientesp”, no Youtube, e “infraeambiente”, no Facebook. Solicitou aos
41 conselheiros que reservassem o uso do *chat* da reunião apenas para registrar questões de ordem
42 operacional ou para solicitar o uso da palavra. A seguir submeteu ao Conselho a ata da 407ª Reunião
43 Ordinária do Plenário que, dispensada de sua leitura, foi aprovada pela Presidência. Passou-se às



44 **Comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva.** O Presidente do CONSEMA **Marcos**
45 **Penido** saudou a todos, passando ao relato dos principais acontecimentos, no âmbito da SIMA,
46 assim resumidos: (i) *Saneamento*: entrega de importante obra de saneamento e proteção ambiental
47 em São Sebastião, Litoral Norte paulista, no valor de R\$ 58 milhões, de um montante total de R\$
48 300 milhões a serem investidos em tratamento de esgotos; (ii) *Segurança Hídrica*: abertura, em 07
49 de março, de processo de licitação para perfuração de 141 poços profundos, para garantir a segurança
50 hídrica, de 125 municípios do Estado de São Paulo; (iii) *Rio Pinheiros*: atingida a meta de 538 mil
51 ligações de prédios, residências, comércios e pequenas indústrias ao sistema de coleta de esgotos e
52 destinação para a estação de tratamento de Barueri, cessando o lançamento direto de 2.300 litros / s
53 de carga orgânica, no Rio Pinheiros. Em complementação ao citado projeto, previu a conclusão das
54 obras de implantação de 5 estações de tratamento de esgoto entre os meses de julho a setembro do
55 presente ano, de forma a garantir que os efluentes provenientes das áreas urbanas cheguem em boas
56 condições no Rio Pinheiros, a despeito da poluição difusa; (iv) *Zoneamento Ecológico Econômico*
57 *de São Paulo - ZEE*: anunciou que se encontrava em consulta pública a proposta do ZEE,
58 apresentada na reunião Plenária anterior. Qualificou o ZEE como sendo a “Carta Magna do
59 desenvolvimento sustentável no Estado de São Paulo”. (v) *Proteção Ambiental*: o Presidente
60 informou ainda que, o valor de R\$ 6 milhões foram investidos em infraestrutura no Morro do Diabo,
61 no município de Teodoro Sampaio; uma Comitiva da Operação Corta-Fogo, da qual integrava o
62 Coordenador de Fiscalização e Biodiversidade da SIMA, Sérgio Marçon, participou de evento na
63 Serra da Canastra, de troca de experiências sobre técnicas de manejo integrado do fogo; informou
64 sobre a entrega para os municípios, dentro dos critérios preconizados, de 150 caminhões-pipa, para
65 auxiliar o combate ao fogo, sobremaneira, em períodos de estiagem; destacou a boa gestão do
66 “Projeto SAF Juçara” pela Fundação Florestal. (vi) *Projeto Municípios Paulistas Resilientes*:
67 capacitações ofertadas para 12 municípios, sobre vários temas ligados às mudanças climáticas,
68 segurança hídrica e proteção ambiental, com previsão de expansão das capacitações para região da
69 Baixada Santista, trabalho desenvolvido em parceria com a Cooperação Alemã para o
70 Desenvolvimento Sustentável (GIZ). A seguir, o Presidente suplente **Eduardo Trani** ofertou
71 diligente prestação de contas dos trabalhos que estão em andamento nas Comissões Temáticas do
72 CONSEMA, resumidos a seguir. Na CT de Políticas Públicas, presidida pelo conselheiro Gil
73 Scatena (SIMA/SMA), o andamento dos debates sobre a *Meta Intermediária Etapa 2 (MI2)*,
74 *Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE-SP)*, e *Logística Reversa*. Na CT Processante e de
75 Normatização, presidida pelo conselheiro Plínio Back (PGE), tem sido debatidas as tarefas referentes
76 à *Revisão da Del. Normativa 01/2018*, sobre Licenciamento ambiental municipal; sobre a *Revisão*
77 *da Deliberação Normativa 01/2013*, que trata do processamento de recursos administrativos e
78 pedidos de reconsideração; ainda, a *Revisão do Regimento Interno do CONSEMA*; a *Revisão da*
79 *Deliberação CONSEMA 10/2010*, que dispõe sobre a eleição de representantes de entidades
80 ambientalistas para o CONSEMA. Por último, na CT de Biodiversidade e Áreas Protegidas,
81 presidida pelo conselheiro Sergio Marçon (SIMA/CFB), tem sido analisados os Planos de Manejo
82 da ARIE São Sebastião e da EE Bananal, com previsão de realização de reuniões quinzenais para
83 andamento dos demais planos até o mês de dezembro; também se encontra em andamento a
84 discussão sobre a *Implementação do Programa de Regularização Ambiental (PRA)* no Estado de
85 SP. Ao término, ressaltou a importância de se registrar esta prestação de contas deste trabalho,
86 executados de forma voluntária pelos conselheiros, e que resultarão em ações importantes ao exame



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

do Plenário, agradecendo a estes pela dedicada e assídua participação nas discussões. Passou-se aos Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. O conselheiro **Ibrahim Tauil** solicitou que se registrasse em ata sua discordância quanto à resposta ofertada pelo conselheiro Domenico Tremaroli na Plenária anterior, no que se referia ao debate do PREFE 2021 (Plano de Redução de emissões de Fontes Estacionárias), sobre seu questionamento acerca da ocorrência de organoclorados na Baixada Santista, que seriam fontes de poluição pelos vapores que emanam, conforme pesquisas citadas pelo conselheiro. A seguir, cedeu o restante do tempo de fala ao assessor **Andrés Vernet**, que no tocante ao tema da logística reversa, remeteu-se às normas em vigor no estado de São Paulo que determinam como condicionantes à renovação do licenciamento ambiental, a entrega de relatórios ambientais anuais, e a adimplência quanto à adesão a um termo de compromisso de logística reversa. O assessor declarou que tal condicionante não teria feito parte da maioria das licenças ambientais que vêm sendo emitidas, ofertando alguns exemplos dessa ausência, começando pelo Supermercado Dia, que não fabrica, mas obteria de terceirizados os produtos que comercializa como marca própria, mencionando dois fornecedores de pão (sem licença ambiental), um de água mineral (com a licença negada) e um terceiro, fornecedor de vinagre (ainda em processo licenciamento). Questionou, portanto como se daria a verificação do cumprimento das metas ou das obrigações deste supermercado quanto à logística reversa, sugeriu que a cláusula sobre fabricação por terceiros seja revista e a inclusão de condicionante sobre logística reversa para todas as licenças, de forma padronizada. Prometeu-se a encaminhar o detalhamento da demanda, por e-mail. O conselheiro **Roberto Resende** ressaltou a importância da discussão sobre o Programa de Regularização Ambiental no âmbito do CONSEMA, primeiramente na CTBio, e em outro momento no Plenário. Na sequência, questionou sobre o licenciamento de um aterro solicitado pela Mineradora Mogiana de areia e pedra, na APA da Várzea do Tietê, em Suzano, a pedido da Deputada Estadual Marina Helou, coordenadora da Frente Parlamentar de Sustentabilidade Ambientalista, questão também encaminhada pela ONG Movimento Defesa da Vida. O conselheiro **Cláudio Bedran** compartilhou com os colegas conselheiros a sua imensa alegria por ter ingressado no Mestrado em Segurança Hídrica da Unesp de Presidente Prudente, no auge de seus 72 anos, e a despeito de seus vários problemas de saúde. Informou sobre a recente Deliberação nº 243, do Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – Cofehidro, do qual, também é conselheiro, detalhando que esta excelente deliberação acaba com o “fantasma” que, há muito, impossibilitava a signatários de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA, de concorrerem aos recursos para execução de projetos do Fehidro. Acrescentou ter conseguido alterar a contrapartida financeira requerida à sociedade civil de municípios com população inferior a 50 mil habitantes, em oferta de serviços sociais voluntários. Outra reivindicação atendida teria sido no sentido de que o Fehidro teria sido que disponha de agentes próprios para análise dos projetos submetidos ao órgão. A conselheira **Syllis Bezerra** comemorou os 9 anos de trabalhos empenhados pela entidade ambientalista da qual faz parte, a Ecophalt, agradecendo pelo carinho e empenho de todos, e demonstrando sua gratidão pelo incessante e presente apoio da frente ambientalista da Baixada Santista às lutas em defesa do meio ambiente, ao cumprimento da legislação, e em prol da internalização de boas práticas para a região e para as cooperativas de reciclagem. O conselheiro **Djalma Weffort** agradeceu ao Secretário e às equipes da Fundação Florestal pela oportunidade de participar da inauguração das obras de reestruturação das dependências do Parque Estadual do Morro do Diabo, em evento que contou com a presença do Governador do Estado. Relatou que, ao participar



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

da cerimônia, teve a oportunidade de evidenciar o importante papel do CONSEMA no processo de formulação da Política Estadual do Meio Ambiente; expôs as demandas voltadas às unidades de conservação, aos trabalhos de restauração do oeste paulista; e traçou o histórico sobre a luta ambientalista na região, desde a criação das reservas florestais pelo governo Fernando Costa, em 1942, época em que a área total das mesmas superava 300 mil hectares. Nesse mesmo evento, informou que foi entregue um documento sobre a ampliação do número de unidades de conservação, a começar pela Mata Maturi, que explicou tratar-se de um fragmento de floresta estacional semidecídua, com 1400 hectares, caracterizada por elevada densidade e riqueza de espécies vegetais e de fauna. Destas espécies destacou a ocorrência de um grande banco de peroba rosa, jequitibá branco e, da fauna terrestre, a anta *Tapirus terrestris*. Enfatizou que as discussões sobre a Maturi se encontravam bem avançadas, inclusive frente à Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - Itesp, porque a transformação da área em unidade de conservação incorporada ao Parque Estadual do Rio do Peixe, não dependeria de desapropriação, por ser terra devoluta do Estado na condição de reserva legal. Relatou que a concessionária de energia está executando a sua parte, ou seja, a implantação do corredor ecológico entre a citada floresta e as bases do Rio do Peixe, em uma região entre cotas pertencente à Votorantim. Recomendou a inclusão do assunto na pauta prioritária de discussões do CONSEMA. Frisou a urgência de, tão logo possível, promover a validação desta proposta de consolidação de mais um pedacinho de área em Unidade de Conservação, pois, ainda que diminuta, é o quarto maior fragmento remanescente de floresta estacional do oeste do estado de São Paulo. Acrescentou que, transformar esse remanescente florestal, ora reserva legal, em UC, garantirá uma série de benefícios para as entidades da sociedade civil e para a população, primeiro com o ICMS Ecológico e, em segundo, por possibilitar a efetivação de ações conjuntas com a Fundação Florestal de prevenção de incêndios comuns na região. O conselheiro **Cláudio Scalli** ofertou informações sobre o andamento dos trabalhos de revisão da Deliberação Normativa CONSEMA nº 01/2018, que se encontram em curso na CT Processante e de Normatização, informando que a Cetesb havia acatado 80% das contribuições encaminhadas. Informou que, na qualidade de relator promoveu reuniões entre representantes dos municípios e técnicos da Cetesb para discutir as propostas recebidas e criou uma pequena comissão na Anamma/SP, na qual, pretendia concluir a relatoria, seguida de uma reunião prévia com Domenico Tremaroli para que se possa, antes de submeter a proposta final à apreciação do Pleno. Agradeceu, por fim, às muitas contribuições recebidas ao longo da elaboração dos trabalhos. Fez coro à manifestação trazida pelo conselheiro Roberto Resende sobre o aterro na Várzea do Tietê, avaliando a situação como grave, reiterando o pedido de averiguação pela Cetesb. O conselheiro **Gil Scatena** ofertou informações sobre o andamento do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE-SP), assunto apresentado na Plenária anterior. Agradeceu pelas muitas contribuições encaminhadas à CT, o que reforça a forma participativa pela qual o trabalho foi desenvolvido, e convidou a todos a replicarem a agenda das consultas públicas sobre o ZEE, divulgada no Portal do ZEE e disponível na página eletrônica da SIMA, juntamente com informações e materiais essenciais a garantia de boa e preparada participação. Reforçou a disposição da CT de Políticas Públicas em viabilizar a condução dos diálogos bilaterais com a participação de planejadores regionais urbanos e do terceiro setor, solicitando, nesse sentido, o apoio do conselheiro Cláudio Scalli, representante da Anamma/SP, da conselheira Violeta Kubrusly, representante do CAU/SP; dos conselheiros representantes das entidades ambientalistas Roberto Resende, Prioste, Weffort, Bedran e Syllis e, por óbvio, das



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

173 universidades e das demais representações da sociedade civil. Em relação à demanda recebida por
174 entidades atuantes no Litoral Norte, em que pese a agenda apertada, comprometeu-se a respondê-la
175 tão rápido possível e, sem prejuízos aos esclarecimentos devidos. Convidou o conselheiro Weffort e
176 demais parceiros que atuam na região oeste do estado, a participarem não somente das consultas
177 públicas do ZEE, mas também, dos debates sobre o Plano de Desenvolvimento Econômico 2030 do
178 Pontal do Paranapanema, conduzido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, no dia
179 seguinte. Pela Fundação Florestal, o Diretor-Executivo **Rodrigo Levkovicz**, referindo-se ao
180 processo de verticalização na Ilha Comprida, informou ter ocorrido uma certa confusão, por parte de
181 certas pessoas, sobre as atribuições dos órgãos governamentais. Esclareceu que a análise técnica de
182 qualquer tipo de licenciamento em APA é feita pelo órgão licenciador, no caso em tela a Cetesb que,
183 ao avaliar não haver impacto direto do empreendimento, não demandou manifestação do órgão
184 gestor da unidade. Afirmou que a confiança depositada na Cetesb advém da qualidade técnica desta
185 longeva instituição. Informou, todavia, que o referido processo de verticalização foi suspenso por
186 decisão liminar, acrescentando que a suspensão da obra em curso, deu-se tanto por Ação Civil
187 movida pelo Ministério Público, quanto por decisão judicial, diante de vício administrativo
188 constatado no processo de elaboração da legislação municipal, ou seja, fora do Sistema Ambiental
189 Paulista. Como ponto seguinte, agradeceu a presença do conselheiro Djalma Weffort e do
190 Subsecretário Eduardo Trani na cerimônia de inauguração das obras de revitalização no Morro do
191 Diabo, que permitem a consolidação de condições excepcionais para receber pesquisadores e
192 estudantes, e convidou o público a usufruir da elevada biodiversidade local. Informou ainda sobre o
193 encerramento da lista de inscritos no PSA Juçara, e agradeceu aos gestores das UCs, que muito se
194 dedicaram para garantir o sucesso desse processo que garantirá a remuneração, por 5 anos, das
195 comunidades tradicionais do Vale do Ribeira e da APA dos Quilombos. Acrescentou que o objetivo
196 é, com o tempo, conseguir quebrar a cadeia de extração ilegal do palmito, possibilitando que a
197 comunidade possa se valer do fomento do Estado para promover atividades interculturais benéficas
198 à biodiversidade, tais quais, as relacionadas as abelhas nativas. Como último ponto, chamou a
199 atenção para o edital de chamamento público para o patrocínio de ações de combate e prevenção à
200 incêndios e a erradicação de espécies exóticas em, pelo menos, 8 unidades de conservação, dentre
201 as quais citou: a RVS de Aimorés, em Bauru, um grande remanescente de Cerrado; A estações
202 Ecológicas Sebastião Aleixo, Caetetus, Águas de Santa Bárbara, Barreiro Rico; e os Parques
203 Estadual Carlos Botelho e Nascentes do Paranapanema. O conselheiro **Domenico Tremaroli**, em
204 resposta às citações direcionadas à Cetesb, com relação à logística reversa, solicitou ao assessor
205 Andrés Vernet o encaminhamento da documentação relacionada, para o devido direcionamento às
206 áreas responsáveis na Companhia; ao conselheiro Roberto Resende, solicitou que fosse realizado o
207 encaminhamento formal da demanda à Presidência da Cetesb; e ao conselheiro Ibrahim Tauil,
208 esclareceu que as fontes de poluição consideradas no PREFE são aquelas de grande magnitude no
209 Estado de São Paulo, o que não significa que não existam outras fontes de poluição importantes,
210 como a citada pelo conselheiro, e que vem sendo tratada na questão de áreas contaminadas, com
211 uma tratativa muito específica, não necessariamente no contexto trabalhado no PREFE. Colocou-se
212 à disposição do conselheiro Cláudio Scalli para discutir as propostas para a revisão da Deliberação
213 Normativa 01/2018, assinalando que tanto as convergências de pensamento quanto as dificuldades
214 legais ou operacionais de implementação, que porventura existam, serão apontadas como parte
215 importante e característica de amadurecimento das discussões. O Secretário-Executivo, **Anselmo**



216 **Guimarães** orientou aos conselheiros a oficializarem as demandas para o e-mail do CONSEMA, de
217 forma que possam obter a devida distribuição e acompanhamento. Passou-se ao primeiro assunto da
218 **Ordem do Dia**, a apresentação do **Plano Estratégico de Monitoramento e Avaliação do Lixo no**
219 **Mar do Estado de São Paulo – Pemalm**. O conselheiro **Gil Scatena** informou que a apresentação
220 do assunto seria feita em parceria com o Prof. Dr. Alexander Turra, docente e pesquisador do
221 Departamento de Oceano do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IO/USP), tendo
222 em vista que a importância desta proposta de gerenciamento costeiro que aproxima a política de
223 resíduos e a academia à sociedade. Antes de adentrar ao tema, analisou que 3 dos 5 itens da Ordem
224 do Dia estavam vinculados a importantes agendas da SIMA sobre qualidade ambiental costeira e
225 litorânea, sendo elas: Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA (Coordenadoria de Planejamento
226 Ambiental), Mar Sem Lixo (Fundação Florestal) e Verão no Clima (Coordenadoria de Educação
227 Ambiental). Acrescentou a estas agendas, o Gerenciamento Costeiro do Litoral Norte, o Plano
228 Estadual de Resíduos, e os Planos de Manejo das APAs Marinhas, recentemente discutidos e
229 aprovados no CONSEMA. Discorreu sobre os bons resultados das ações de gerenciamento costeiro,
230 alcançadas a partir da interface de conhecimento e experiências entre o poder público e a academia,
231 notadamente, da estreita parceria com o IO/USP. Com auxílio da projeção de *slides*, apresentou o
232 breve histórico da Política de Resíduos Sólidos e Lixo no Mar, assim resumido: (i) *Em 2014:* lançamento
233 do Plano Estadual de Resíduos Sólidos: tópico e metas relativas a Petrechos de Pesca
234 Abandonados, Perdidos ou Descartados no Mar (Resíduos Agrossilvipastoris - Projeto de Pesquisa
235 do Instituto de Pesca/SAA e Fundação Florestal/SIMA); (ii) *De 2015 a 2018:* ênfase do tema na
236 conjuntura global com Agenda 2030 da ONU (2015), incluindo ODS 14 e compromisso voluntário
237 do Brasil na conferência dos Oceanos da ONU (2017) de desenvolver estratégias de combate ao lixo
238 no mar, institucionalizada pelo GERCO; (iii) *De 2018 a 2020:* Revisão do Plano Estadual de
239 Resíduos Sólidos: cooperação e integração em capítulo dedicado ao lixo no mar – Instituto
240 Oceanográfico da USP, SIMA (CPLA, CEA, Cetesb, FF, outros), Instituto de Pesca/SAA; (iv)
241 2018: Termo de Convênio SIMA e IO/USP celebrado no âmbito da Cátedra Unesco para a
242 Sustentabilidade do Oceano. Explicou que o referido Termo tem a duração de 5 anos, a partir de
243 08/11/2018, sendo seu principal objeto a conjugação de esforços técnicos, operacionais, acadêmicos
244 e científicos nas áreas de atuação e interesse comum para o desenvolvimento. O principal foco é
245 obter conhecimento para combater o lixo no Mar do Estado de São Paulo, a partir do
246 desenvolvimento do Pemalm - Plano Estratégico de Monitoramento e Avaliação do Lixo no Mar do
247 Estado de São Paulo. Informou que fazem parte do grupo executivo dessa cooperação e integração,
248 representantes de unidades da SIMA (CPLA, CEA e Cetesb) e do IO/USP. Ressaltou também a
249 vinculação com os trabalhos do GT Lixo no Mar, do Comitê de Integração de Resíduos Sólidos
250 (Resolução SIMA 12/2019) e com as metas de curto (2026), médio (2030) e longo prazos (2036) do
251 PERS 2020 (Metas 7.1 a 7.5). Na sequência, o Prof. Dr. **Alexander Turra** do IO/USP passou ao
252 detalhamento dos esforços que, conjugados, levaram à construção desse Plano Estratégico de
253 Monitoramento e Avaliação do Lixo no Mar do Estado de São Paulo, iniciando pelos seus principais
254 objetivos, sendo eles: criar uma estratégia integrada e estruturada para diagnosticar o problema do
255 lixo no mar; combinar conhecimento, engajamento e interação de atores-chave; e estabelecer um
256 canal participativo, com comunicação entre ciência e gestão. Ofertou o cronograma de trabalho entre
257 2019-2021 e a relação dos produtos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.
258 Com auxílio da projeção de imagens discorreu sobre o engajamento de atores-chave por meio de



processo participativo dos quais afloraram a estruturação do plano, assim organizados: (i) temas de preocupação às políticas públicas (turismo, segurança alimentar, saúde humana, navegação, pesca e aquicultura, bem-estar animal, e biodiversidade; (ii) a compartimentação ambiental (biota, superfície e coluna d'água, fundo marinho e linha de costa); (iii) principais vias de impacto ambiental (deposição no ambiente, ingestão por animais, emaranhamento nos organismos, dispersão dos resíduos e, lixiviação de partículas); (iv) e tamanho de lixo (macro e micro partículas). Acrescentou informações sobre os indicadores de geração, exposição e efeito ambiental empregados no plano. Informou que o número de atores mobilizados soma 450, pertencentes aos diferentes setores, público (34%), terceiro setor (38%), academia (19%), iniciativa privada (8%), e autônomos (3%). Apresentou o portal eletrônico no qual encontram-se disponibilizados os diversos produtos de comunicação do Pemalm (*webinar*, textos de mídia, *newsletter*, *podcast*, aulas, eventos, conteúdo audiovisual, animações educativas, dentre outros materiais). Por derradeiro, ofertou informações sobre a implantação do plano e a renovação do financiamento junto à Embaixada da Noruega. Passou-se à discussão da qual participaram os conselheiros **Cris Murgel, Djalma Weffort, Ibrahim Tauil, Cláudio Bedran**, durante a qual foram levantados os seguintes pontos: (i) a conselheira Cris Murgel colocou-se à disposição para intermediar a interlocução junto ao Instituto de Pesca, que possui a atribuição de fomentar a produção pesqueira no Estado; (ii) a possibilidade de vedar a distribuição das sacolinhas plásticas em supermercados, tal como ocorreu, com brevidade, no passado, sobre o que o Presidente **Marcos Penido**, prontamente, informou acerca do Projeto de Lei de autoria do Deputado Estadual Mauro Bragato em discussão na Assembleia Legislativa sobre o tema; e (iii) sobre a necessidade de melhorar a estocagem, manuseio e transporte dos resíduos de dragagem do Canal de Piaçaguera, em Cubatão. O conselheiro **Gil Scatena** e o Prof. **Alexander Turra** agradeceram as contribuições e, em seus últimos esclarecimentos informaram o endereço de acesso eletrônico ao Fórum Setorial dos Plásticos por um Mar Limpo (<http://pelletzero.porumarlimpo.org.br/>) e à conselheira **Valéria Quaglio** o link para o Projeto de lei nº 771/2021, sobre o qual o Presidente havia mencionado (<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000423075>). Passou-se ao próximo item da Ordem do Dia, o **Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais PSA Mar Sem Lixo**. A conselheira **Joana Fava**, da Fundação Florestal, informou que o órgão, que é responsável pela gestão das unidades de conservação no âmbito do Estado de São Paulo, recebera no último, ano, mais de 40 UCs anteriormente sob gestão do Instituto Florestal, que agora integra o Instituto de Pesquisas Ambientais – IPA, passando a FF a administrar 151 UCs de áreas terrestres e marinhas (4,7 milhões de ha). Ofertou, a seguir, os conceitos e objetivos das unidades de conservação e a categorização das mesmas de acordo com o uso (proteção integral ou uso sustentável). As APAs Marinhas, por sua vez, se estendem por 50% do mar territorial paulista, por 15 municípios, dentre áreas marinhas, ilhas e estuários, em torno de 1 milhão de ha, ocupados por mais de 2 milhões de residentes. Ressaltou que a ocorrência de lixo no mar é um problema global pelos seguintes aspectos: estima-se que 12 milhões de toneladas de lixo/ano são lançados ao mar, sendo 80% constituídos por resíduos plásticos; 1% do total deste lixo permanece na superfície marinha ou remanesce acumulado nas zonas costeiras (praias, estuários e costões) e, mais de 99% permanecem retidos no fundo de oceanos, e na coluna d'água, em condições não propícias a degradação (baixa incidência solar e oxigênio). Em adição, detalhou que as partículas residuais alcançam o fundo do mar e de forma rápida atingem distâncias de mais de 100 km, a partir do ponto de despejo; o Brasil é o 16º país a despejar lixo no



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

302 mar; 1.400 espécies são afetadas, ou seja, 660 das espécies marinhas/dia, têm morte por inanição e
303 asfixia e 90% das aves marinhas possuem plásticos em seu estômago; e a média global de ingestão
304 de micro plásticos pelos humanos é de 0,1 a 5g, por semana. Passando à Lei de Pagamentos por
305 Serviços Ambientais – PSA (Lei nº 14.119/2021) esclareceu que serviços ambientais são atividades
306 individuais ou coletivas que favorecem a manutenção, recuperação ou melhoria dos serviços
307 ecossistêmicos e o PSA, por sua vez, constitui-se em transação voluntária, entre pagador e provedor.
308 Explicitou que é considerado provedor, a pessoa física ou jurídica, grupo familiar ou comunitário
309 que, preenchidos os critérios de elegibilidade, mantém, recupera ou melhora as condições ambientais
310 dos ecossistemas. Detalhou que as modalidades de PSA podem ser por pagamento direto, monetário,
311 ou, não monetário, dentre outros. Retomou que dois dos principais objetivos dessa Política são
312 valorizar econômica, social e culturalmente os serviços ecossistêmicos e, reconhecer as iniciativas
313 individuais ou coletivas que favoreçam a manutenção, a recuperação ou a melhoria dos serviços
314 ecossistêmicos. O Projeto do PSA Mar Sem Lixo tem por objetivo geral criar um mecanismo de
315 incentivo à remoção de resíduos sólidos do ambiente marinho, capturados, acidentalmente, durante
316 a atividade de pesca artesanal, remunerar os pescadores pelo serviço ambiental, promover a
317 destinação ambientalmente adequada dos resíduos, e promover ações preventivas de combate ao
318 lançamento de lixo no mar. Informou que os quatro principais componentes desse projeto são: 1)
319 Pagamento por Serviço Ambiental – PSA; 2) Educação Ambiental e Comunicação; 3)
320 Monitoramento, Avaliação e Pesquisa; e 4) Parcerias para ampliação e sustentabilidade financeira.
321 Ofertou exemplo da primeira fase de aplicação em Cananeia, Itanhaém e Ubatuba, sendo: a
322 Fundação Florestal, o pagador; os pescadores de arrasto de camarão, o provedor; e o serviço
323 ambiental, a remoção dos resíduos capturados durante a atividade pesqueira e destinação adequada
324 (reintrodução na cadeia de gestão de resíduos sólidos). Esclareceu que, a modalidade desse PSA é
325 de pagamento direto em benefício de alimentação e a respectiva mensuração dar-se-á pelo cálculo do
326 “peso X valor/mensal”. Com auxílio da projeção de figuras e a partir de um exemplo concreto,
327 apresentou o fluxograma de operacionalização do PSA, até o presente destinado para Cananéia,
328 Itanhaém e Ubatuba. Detalhou os trabalhos afetos aos componentes 2, 3 e 4 e, informou como sendo
329 as principais parcerias institucionais do PSA: a Fundação Florestal/SIMA; Municípios, CPLA e
330 CS/SIMA, CEA, cooperativas de catadores (relação formal com Prefeituras), pescadores (relação
331 formal com a FF), e o Instituto Oceanográfico. Com auxílio da projeção de slide, a título de
332 reconhecimento, ofertou a lista de profissionais e instituições que integram o projeto do PSA.
333 Ofertou informações sobre o processo de consultas públicas e a abertura de três possibilidades de
334 parceria, ou seja, para cooperações técnicas, voluntariado e patrocínio por meio de parceria
335 público/privada. O Subsecretário de Meio Ambiente, **Eduardo Trani** parabenizou pelo excelente
336 trabalho e todos aqueles que se dedicaram a concretizar mais uma das iniciativas pioneiras do
337 Estado. Registrhou também o empenho da Coordenadoria de Educação Ambiental – CEA/SIMA na
338 consolidação do Componente 2 – Educação Ambiental, que designou como sendo absolutamente
339 essencial. O Presidente **Marcos Penido** parabenizou as equipes da Fundação Florestal, da CPLA e
340 CEA por mais esse competente trabalho focado em resíduos sólidos, e sobre o qual se deve estar
341 sempre atento para melhorar a qualidade do meio ambiente, além do intrínseco potencial de gerar
342 emprego e renda. A partir desse momento, ausentou-se da reunião, passando a Presidência ao seu
343 suplente, **Eduardo Trani**. Passou-se à discussão. O conselheiro **Ibrahim Tauil** parabenizou a SIMA
344 pela iniciativa, e reiterou a sugestão de implantação de escolas ambientais de ensino fundamental



específicas de meio ambiente. O Diretor-Executivo da FF, **Rodrigo Levkovicz** parabenizou as coordenadoras técnicas do Projeto, Joana Fava e Sandra Leite e ofertou breve histórico sobre a consolidação do Projeto. A conselheira **Joana Fava** enfatizou que o êxito definitivo do projeto dependerá da adesão dos pescadores e, nesse sentido, acentuou que o tema foi levado a eles nas muitas reuniões promovidas pelos gestores das APAs. Passou-se ao terceiro item da Ordem do Dia, o **Projeto Verão no Clima: realizações e avanços na nova edição**. A ex-conselheira **Malu Freire**, Coordenadora de Educação Ambiental – CEA/SIMA, ofertou, em primeiro, um breve resumo histórico do Projeto Verão no Clima, pelas seguintes etapas: (i) *Década de 1980: Retrato geral das praias paulistas mais frequentadas*: balneabilidade imprópria, areias contaminantes (vetores e patógenos), lixões a céu aberto, inexistência das políticas de resíduos e falta de consciência ambiental; (ii) *Década de 1980: Retrato geral das praias paulistas mais frequentadas*: 1988 - *Projeto Piloto em Santos/Cetesb e 1989-1994 – Operação Praia Limpa. Ferramentas*: Abordagem direta nas praias: “Fiscais da Natureza”, Distribuição de Sacolas Plásticas/Lixeiras; 13 municípios/Adesão Prefeituras (Coleta); Sinalização Local, e Patrocinador/Rede Globo e; Imprensa; (iii) *Operação Litoral Vivo (1995-1998) e Campanha Verão Limpo (1999-2003). Ferramentas*: Abordagem direta nas praias, SEM Sacolas Plásticas/Reutilização/Lixeiras, aprimoramento da metodologia, capacitação e transferência para os municípios, e patrocinadores locais; (iv) 2018-2020: *Projeto Verão no Clima. Ferramentas*: Capacitação dos Monitores, Ações de EA com as equipes (presencial e nas redes sociais, Oficina e Workshop de Lixo no Mar, Mutirões de limpeza e Cinema na areia da praia, Envolvimento com as UCs do litoral; e (v) 2021: *Projeto Verão no Clima. Ferramentas*: Ações exclusivamente virtuais durante a pandemia, equipes de EA focaram na divulgação de materiais educativos sobre reciclagem e consumo sustentável, “Criação” de Projetos Sustentáveis. Resumiu as principais ações realizadas nas Edições do Verão no Clima (2018-19, 2020-21), período no qual foram diretamente envolvidas 283.952 pessoas: campanha de Educação Ambiental envolvendo turistas e moradores do Litoral Paulista; realização de ações virtuais a fim de ampliar o público-alvo; ações de engajamento: mutirões de limpeza, corridas e caminhadas, mostras de cinema e oficinas; vinculação com as Políticas Públicas de Resíduos Sólidos, especialmente na temática de Lixo no Mar. Contribuição com o PERS e o Pemalm; e colaboração para a geração de renda nos municípios. Apresentou os seguintes objetivos para 2022: Promover ações de educação ambiental com ênfase na gestão de resíduos sólidos, destacando a problemática do lixo no mar e nos ambientes costeiros; Fornecer à população informações sobre o meio ambiente, procurando estimular a corresponsabilidade na proteção ambiental; Orientar o público acerca da coleta seletiva, da responsabilidade compartilhada e de padrões de consumo sustentáveis, com atenção para resíduos que são muito presentes no litoral, como as bitucas de cigarro, microlixo/microplástico e embalagens de uso único; Engajar o público-alvo a separar determinados tipos de materiais recicláveis em casas, condomínios e em moradias temporárias, como hotéis, campings etc.; Promover ações de educação ambiental a partir da mobilização e sensibilização para as atividades de coleta seletiva e reciclagem; Obter o necessário apoio da logística de gestão de resíduos (separação, coleta seletiva, destinação final e reciclagem) por meio da promoção de parcerias entre os agentes do poder público e da sociedade envolvidos na atividade; Contribuir para a geração de renda e inclusão social agregando as instituições sociais locais e; Disseminar os preceitos relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 12, 13 e 14; e à Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030). Por derradeiro, apresentou as propostas para este



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

388 período que se estenderá até fevereiro de 2023: Ampliação do Projeto, com execução anual, sendo a
389 Etapa 1 (alta temporada) - ações de EA, coleta seletiva e mutirões de limpeza e Etapa 2 (demais
390 períodos do ano) – ampliação das ações de EA, com foco na coleta seletiva e reciclagem; ampliação
391 dos locais e público-alvo estratégico: escolas, associações, ONGs, comerciantes, bairros e *etc.*, e
392 agregar e contribuir com os projetos já existentes nos municípios; convênio com 15 municípios do
393 litoral: instrumentos legais relacionados às atribuições das prefeituras na gestão de resíduos sólidos;
394 edital de chamamento, para parceria com empresas privadas e/ou entidades sem fins lucrativos: cada
395 município corresponderá a um lote, sendo que o plano de execução contemplará as especificidades
396 de cada território, incluindo as interfaces com outras ações governamentais; instalação de PEVs em
397 cada município, instalação de logística de coleta seletiva, envolverá preferencialmente as
398 cooperativas e associação de catadores locais, e bonificação de todos os atores envolvidos no
399 processo de coleta seletiva. O Presidente em exercício **Eduardo Trani** observou que foi uma boa
400 oportunidade de rever os programas apresentados pela coordenadora da CEA Malu Freire. Afirmou
401 que a proposta de mudança esperada para 2022 é mais estrutural, o que reforça o papel da SIMA e
402 sua atuação frente às entidades municipais e os promotores privados poderão auxiliar em futuro
403 chamamento. Participaram das discussões os conselheiros **Djalma Weffort, Ibrahim Tauil, Violeta**
404 **Kubrusly e Syllis Bezerra**. Em resposta aos conselheiros, **Malu Freire** acrescentou que o Edital de
405 Chamamento, ao qual fez menção durante a apresentação, será em breve publicado, considerando
406 que o projeto favorecerá a consolidação de muitas parcerias nos 15 municípios aderentes ao projeto,
407 para os quais serão discutidos planos de trabalho próprios. Acrescentou que os municípios possuem
408 instrumentos que permitem parcerias organizadas e trabalhos conjuntos com a sociedade,
409 dinamizando a atuação das cooperativas e o emprego de todos os aparatos disponibilizados pelas
410 prefeituras. Lembrou que todo o lixo jogado indevidamente nos córregos, até mesmo no Pontal do
411 Paranapanema, acabam sendo carreados para o mar, caso não sejam devidamente dispostos, portanto,
412 os detritos lançados ao mar não se originam do comportamento somente da população da região
413 litorânea, mas também de todo o território do Estado. Passou-se à exposição integrada dos dois
414 últimos pontos de pauta, quais sejam, o Plano Anual de Trabalho da **Operação Corta-Fogo** e as
415 Ações Preliminares para o **Manejo do fogo na prevenção de incêndios florestais**, conduzidas pelo
416 conselheiro **Sérgio Marçon**, Coordenador de Fiscalização e Biodiversidade/SIMA e pelo Diretor-
417 Executivo da Fundação Florestal, **Rodrigo Levkovicz**. **Sérgio Marçon** contextualizou que
418 no estado de São Paulo os incêndios florestais são frequentes, incidindo sobre os remanescentes de
419 vegetação nativa, inclusive áreas naturais protegidas, afetando culturas agrícolas, pastagens e
420 florestas plantadas. Com auxílio da projeção de gráfico, demonstrou que a ocorrência anual
421 acumulada de incêndios em SP, entre 2017 e 2021, é mais constante entre junho e outubro, com
422 maior número de eventos nos meses de agosto e setembro, sendo as principais consequências a
423 destruição de florestas, degradação do solo, morte de animais, emissão de gases de efeito estufa,
424 poluição e problemas de saúde, prejuízos econômicos e risco de acidentes e morte. Ressaltou que a
425 Operação Corta-Fogo faz parte do Sistema Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais,
426 que tem como principais objetivos diminuir a incidência, intensidade e a severidade dos incêndios
427 florestais; coordenar, integrar e articular ações preventivas e de combate; estimular alternativas ao
428 uso do fogo para o manejo agrícola, pastoril e florestal; e reduzir os impactos ambientais negativos
429 decorrentes do fogo. Apresentou como sendo os 4 principais eixos da Operação Corta-Fogo: a
430 prevenção, o monitoramento, controle e o combate. Alinhadas a esta concepção descreveu as



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

431 respectivas fases de trabalho da Operação, quais sejam: (i) *Fase verde (jan, fev, mar)*: Planejamento
432 das ações da temporada e início das ações preventivas de preparação; (ii) *Fase amarela (abr, mai)*:
433 Intensificação das ações preventivas e de preparação; (iii) *Fase vermelha (jun, jul, ago, set, out)*:
434 Maior atenção para as ações de resposta, combate ao fogo, intensificação da fiscalização repressiva;
435 (iv) *Fase verde (nov, dez)*: Avaliação da temporada, início do planejamento da temporada seguinte.
436 Lembrou que a Operação Corta-Fogo é uma iniciativa integrada de vários órgãos e agentes do
437 Estado, como a Secretaria de Segurança Pública com a Polícia Militar Ambiental e Corpo de
438 Bombeiros, a Casa Militar com a Defesa Civil, a SIMA com suas coordenadorias, a Fundação
439 Florestal, e a Cetesb. Relatou que, em 2021, em conjunto com estes órgãos, foram estabelecidas 25
440 ações e 39 metas, com emprego de metodologia própria de trabalho que detalhou. Descreveu as
441 ações integradas estabelecidas com os órgãos que envolvem campanhas preventivas; fiscalização
442 contra uso irregular do fogo e balões, ações estratégicas nas UC estaduais, articulação com
443 municípios, preparação e combate (treinamentos, contratação de aeronaves e ações de resposta), e
444 acesso à informação (painéis geoestatísticos no site da Operação e catálogo temático no DataGEO).
445 Dentro as novidades no ano de 2021, informou: novas parcerias para campanhas, em postos, Metrô,
446 CPTM, EMTU, guias de orientações, alertas por SMS enviados pela Defesa Civil, mais de R\$ 10
447 milhões em investimentos em UCs, treinamentos com mais de 2.500 participantes, e mais de 300
448 horas de voo de aeronaves para combate. Adentrando no Plano Anual de Trabalho – PAT 2022,
449 expôs como principais objetivos estratégicos para o período: fortalecer a articulação
450 interinstitucional, reduzir os riscos e atuar nas causas dos incêndios florestais, aumentar o preparo
451 para enfrentamento do fogo, e ampliar e melhorar a capacidade de resposta aos incêndios florestais.
452 Versou sobre as ações previstas nas esferas de comunicação, fiscalização, treinamentos e
453 capacitações, contratação de aeronaves, contingência para fauna atingida e parceria com consulado
454 EUA. Enfocou o novo paradigma de trabalho da Operação alicerçado no conceito do *manejo*
455 *integrado do fogo* – MIF, que definiu a partir de Myers (2006), como sendo: “*modelo de abordagem*
456 *para enfrentar os problemas e as questões apresentadas pelos malefícios e benefícios do fogo dentro*
457 *do contexto dos ambientes naturais e dos sistemas socioeconômicos nos quais ocorrem*”. Nesse
458 contexto, mencionou a edição recente da Lei Estadual nº 17.460/2021, que instituiu a Política
459 Estadual de Manejo Integrado do Fogo, com destaque aos seus princípios, diretrizes e objetivos
460 específicos. Na sequência, passou-se a exposição do projeto piloto de uso prescrito do fogo em UCs
461 estaduais, a revisão da Lei 10.547/2000 e Decreto 56.571/10 e regulamentação da Lei Estadual nº
462 17.460/2021, a ser capitaneado pela Fundação Florestal. O Diretor-Executivo da FF, **Rodrigo**
463 **Levkovicz** agradeceu ao conselheiro Sérgio Marçon pela coordenação da Operação Corta-Fogo e
464 pela intermediação, junto ao Presidente do ICMBio Marcos Simanovic e Morita, de importante
465 experiência trabalhada na Serra da Canastra. Observou que a Operação Corta-Fogo é uma verdadeira
466 operação de guerra, dada a complexidade envolvida desde a disponibilização de EPIs para os
467 funcionários, operação de aceiros, manutenção de maquinários, contratos administrativos, dentre a
468 série incontável de outras atividades. Destacou o importante papel do manejo preventivo do fogo
469 para evitar cada vez menos danos à biodiversidade e informou sobre as iniciativas estabelecidas para
470 estruturar os termos de referência e efetivar, ainda esse ano, a fase experimental do programa. Além
471 do trabalho conjunto com os bombeiros, Polícia Militar Ambiental, CFB, Defesa Civil e Cetesb,
472 destacou o importante apoio que a Operação Corta-Fogo recebe do Ministério Público, notadamente,
473 nas situações de queimadas criminosas. Nesse sentido, solicitou o apoio dos conselheiros para



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

474 esclarecer e divulgar o tema junto a sociedade. Passou-se à discussão, da qual participaram os
475 conselheiros **Djalma Weffort** e **Fernando Prioste**. Dentre os assuntos abordados pelos conselheiros
476 destacaram-se: o recorde de incêndio ocorridos no ano anterior em unidades de conservação, APPs
477 e áreas de restauração florestal; necessidade de aumentar a disponibilização de aeronaves no combate
478 aos incêndios; impacto dos incêndios na qualidade do ar das cidades; elevar a contribuição planejada
479 das empresas ao combate aos incêndios; sugestão para que os trabalhos de regulamentação do uso
480 do fogo contem com a participação de representantes das comunidades tradicionais, a partir de um
481 processo democrático. O coordenador da SIMA/CFB **Sérgio Marçon** esclareceu que as técnicas de
482 combate aéreo ao fogo vem sendo cada vez mais aprimoradas, notadamente com a ata de registro de
483 preços. Informou que a Defesa Civil é líder nessa modalidade de licitação, sobre a qual ofertou breve
484 resumo procedural e elementos afetos a complexidade de operacionalização dos voos.
485 Demonstrou-se aberto às sugestões e esclareceu sobre a existência de regulamentação que simplifica
486 e reduz a burocracia para que os povos tradicionais possam fazer uso do fogo. Completou que as
487 comunidades tradicionais foram amplamente ouvidas no grupo de trabalho afeto à Resolução 189.
488 Ao longo desse trabalho informou que foram recebidos mais elogios do que críticas, embora todos
489 os pontos opostos tenham sido devidamente avaliados e absorvidos. **Eduardo Trani** ressaltou que
490 tanto os esforços da SIMA quanto dos demais órgãos têm sido crescentes, o que possibilitou enormes
491 avanços nas diversas frentes de combate ao fogo. Um deles tem sido a ampliação de recursos
492 financeiros, particularmente, oriundos da Câmara de Compensação Ambiental. Mencionou o papel
493 das mudanças climáticas na intensificação das ocorrências do fogo em 2021, em que pese o balanço
494 anual positivo, quanto à efetividade da Operação Corta-Fogo. Assim como esclarecera o
495 coordenador Sérgio Marçon, reforçou que o Estado busca estabelecer processos mais ágeis em atas
496 de registro de preço de forma a cobrir todas as áreas alvo. Acentuou que a comunicação sobre a
497 Operação Corta-Fogo, realizada nos mais diversos meios e mídias é absolutamente essencial, motivo
498 pelo qual todos os esforços serão envidados para mantê-la. Agradeceu e parabenizou as excelentes
499 exposições e parcerias, principalmente com o Instituto Oceanográfico. Aproveitando o ensejo,
500 prestou homenagens, em nome do CONSEMA, à pesquisadora do IPA/SIMA, **Dra. Giselda**
501 **Durigan**, uma das 3 finalistas na categoria Pesquisadora Sênior, da 1ª Edição do Prêmio Ester Sabino
502 para Mulheres Cientistas. Esclareceu que a premiação tem como objetivo valorizar pesquisadoras
503 que contribuem para o desenvolvimento científico no Estado de São Paulo, e contou com mais de
504 170 candidatas inscritas. Acrescentou que a Dra. Giselda desenvolve, há muitos anos importantes
505 pesquisas sobre o manejo do fogo no bioma do cerrado, que servem de base para o desenvolvimento
506 das técnicas empregadas pela CFB/SIMA. Os conselheiros do CONSEMA dedicaram uma salva de
507 palmas nesta justa homenagem. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião. Eu,
508 **Anselmo Guimarães, Secretário-Executivo do CONSEMA**, lavrei e assino a presente ata.

509